



Imunidades devem ser guardadas, diz Ulysses

Josemar Gonçalves

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, solicitou ontem, em audiência com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que haja recomendação expressa à Polícia Federal e entendimentos com os governadores, no sentido de que sejam evitados constrangimentos aos constituintes, e que as imunidades destes sejam respeitadas.

Segundo o deputado Ulysses Guimarães, os parlamentares vêm sofrendo constrangimentos em seus estados, e as imunidades não são levadas em consideração. Os constrangimentos citados por Ulysses Guimarães têm como exemplo recentes confrontos ocorridos em Minas Gerais, entre a polícia do estado e os parlamentares.

Agressão

A agressão ao deputado Chico Humberto (PDT-MG) e ao deputado estadual Pedro Gustin (PFL-MG) pela Polícia Militar de Minas Gerais, anteontem no centro de Belo Horizonte, foi objeto de protesto na reunião de ontem da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias, presidida pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O deputado João Paulo (PT-MG), que presenciou os acontecimentos, propôs uma manifestação de repúdio ao governador Newton Cardoso, pela agressão aos deputados e a numerosos populares que ali realizavam uma manifestação pela atuação salarial dos funcionários públicos de Minas, cujo governo se recusa a acionar o "gatilho salarial". O deputado Lysaneas Maciel, relator da subcomissão, por sua vez, sugeriu que todos os seus integrantes fossem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, solicitar urgência para o projeto de decisão, n.º 58, cujo parágrafo 7º visa sobrestar medidas e ações capazes de prejudicar o trabalho dos constituintes.

Protestos

A agressão sofrida pelo deputado Chico Humberto (PDT-MG), na cidade de Belo Horizonte, quando apoiava um movimento de professores contra o governo do estado, motivou protestos na Sub-



Ulysses quer uma recomendação expressa à polícia

comissão de Educação, Cultura e Esportes, com parlamentares de todos os partidos se solidarizando com o deputado mineiro, que faz parte da subcomissão, e exigindo providências concretas da Constituinte, pois já são vários os casos de constituintes agredidos por policiais, quando estão participando de atos públicos.

O maior protesto foi do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), que ampliou o apoio ao deputado Chico Humberto para seus colegas de partido em Minas, Paulo Delgado, Virgílio Guimarães e João Paulo, recentemente agredidos quando participavam de atos públicos. Florestan denunciou outras agressões, como aos constituintes do Distrito Federal (durante a greve dos bancários) e disse que o Brasil assiste uma escalada de violência contra trabalhadores.

Pedindo providências ao Presidente da Constituinte,

Florestan Fernandes disse que não basta o falatório da plenária, nem os pedidos por telefone, é preciso que a Constituinte se imponha como instituição e seus membros tenham o respeito e a imunidade que lhes são garantidos. "É preciso que se afirme a soberania da Constituinte, em todos os momentos".

Otávio Elisio (PMDB-MG), Cláudio Avilla (PFL-SC) Bezerra de Melo (PMDB-CE) João Calmon (PMDB-ES) e Louremberg Nunes Rocha (PMDB-MT) foram alguns dos constituintes solidários com os parlamentares agredidos, sendo que Cláudio Avilla disse temer que dentro de alguns dias algum representante na Assembleia Nacional Constituinte venha a perder a vida, em virtude da repressão, dando o exemplo do deputado mineiro Célio de Castro (PMDB) que teve a sua casa atacada a bomba.

General quer manter papel dos militares

O general Oswaldo Pereira Gomes, que representou o Ministério do Exército no Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia, participou, na manhã de ontem do painel sobre "destinação constitucional e organização das Forças Armadas", onde defendeu a manutenção dos atuais dispositivos sobre o tema na futura Constituição.

"Julgamos muito oportuna a realização deste seminário, e nos parece lógica a participação de militares trazendo idéias para os constituintes, e também idéias que apresentem a realidade brasileira para os cientistas políticos de outros países que aqui estão", afirmou o general. Ele defendeu "a manutenção da destinação que temos desde a primeira Constituição do Império, mantida em todas as demais, prevendo que os militares se destinam à garantia dos poderes constitucionais, e à defesa da ordem e da lei, pois ela já está arraigada em nosso direito constitucional e pretendemos que isto seja mantido pela atual Assembleia Constituinte".

Equívoco

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), coronel da reserva do Exército, que presidiu a mesa do seminário no painel da manhã, declarou que "estão tentando fazer sobre o tema uma polêmica que não tem muita razão de ser". Para ele, "o papel das Forças Armadas tradicionalmente tem sido este e há pessoas que estão interpretando esse papel, que vem desde a Constituição de 1891, que faz referência à lei e à ordem, e, portanto, à ordem interna também, como sendo uma permissão para golpes militares".

O senador e ex-ministro durante os governos militares, considerará "estapafúrdia" a conclusão. "Esta é uma ilação absurda, pois o Código Penal estabelece que não se pode matar, mas matam; não se pode furto, mas furto; de maneira que o simples fato de colocar na Constituição que não se pode fazer uma intervenção militar não tem sentido também, porque na hora em que houvesse uma intervenção, a primeira coisa, que haveria seria uma violência sobre a Constituição. Logo, para mim, é um equívoco que está gerando a polêmica". Ele concluiu afirmando: "É o equívoco de pensar que as Forças Armadas, com a responsabilidade sobre a ordem interna, a elas se assegura o direito de intervir na área política e derrubar o governo".

Projeto de Fogaça entra em discussão

As subcomissões do Poder Executivo e do Poder Legislativo, ambas integrantes da Comissão da Organização dos Poderes e sistema de governo, estiveram reunidas ontem em sessão conjunta, presidida pelos deputados Albérico Filho (PMDB-MA) e Bocayuva Cunha (PDT-RS), para discutir os anteprojetos apresentados pelos respectivos relatores, o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o deputado José Jorge (PFL-PE).

José Fogaça comentou que seu relatório e o anteprojeto foram elaborados "em cima de polêmicas e divergências, pois tratam do cerne das questões políticas brasileiras e tocam certamente nos interesses partidários eleitorais. "Ele considerou legítimo que os partidos defendam o sistema presidencialista, quando considerem "que tem candidatos fortes e concentradores de poderes, ou o sistema parlamentarista, se pretendem fortalecer o papel do Congresso Nacional nas questões de governo".

José Jorge afirmou que, na elaboração de seu relatório, procurou traduzir as preocupações colhidas nos debates internos da subcomissão e nas audiências públicas, "partindo



Fogaça admite divergências

da idéia central da devolução das prerrogativas ao Poder Legislativo, que atualmente nem legisla nem fiscaliza. "Ele enfatizou, no entanto, que não é suficiente que devolvam as prerrogativas ao parlamento, "mas que ele seja modernizado, para ser mais ágio, principalmente com o fortalecimento das comissões técnicas".

Estatização sofre críticas de Afif

"A forte tendência estatizante expressa pela quase totalidade dos relatores de subcomissões indicados pelo PMDB demonstra que este e outros partidos estão contaminados pelo fascismo corporativista que inspirou o Estado Novo no golpe de 1937 e que a Constituição de 46 não teve coragem de rever, pois significaria mexer no getulismo, uma força política à época inegável.

Mas, não se pode deixar de admitir que ele tinha como ídolo Benito Mussolini, ao qual abandonou diante da evidência da derrota, voltando-se para os aliados da II Grande Guerra, sem, porém, rever o arcabouço fascista corporativista que induziu ao crescimento demasiado do estado no Brasil.

"Não concordo quando dizem que o estatismo no Brasil é somente da esquerda. O é também da direita, que pretende um domínio do Estado sobre a sociedade nos mesmos moldes do nacional socialismo de Hitler e Mussolini", afirmou Afif Domingos, para concluir que a



Afif relembrou golpe de 37

única diferença entre a direita e a esquerda estatizantes é que "a direita mamou até agora e a esquerda conquistou o privilégio, que não quer perder, de continuar mamando sem mexer nas tetas do Estado criado por este grande gênio político que foi o "pai dos pobres e a mãe dos ricos".

Criminalização do preconceito racial

Aracaju — Criminalizar o preconceito racial, determinar a obrigatoriedade do ensino da história da África e de cultura afro-brasileira nas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus e priorizar as vagas nas escolas públicas para a população mais carente são algumas das sugestões apresentadas à Constituinte pelos movimentos negros, de acordo com informação dada ontem em Aracaju pelo professor Carlos Moura, assessor de etnia do Ministério da Cultura.

Carlos Moura fez palestra na Universidade Federal de Sergipe sobre o Negro e a Constituinte, na abertura do primeiro curso de extensão sobre a história do negro no Brasil, destinado a professores do primeiro e segundo graus.

Aposentadoria do trabalhador rural

A Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente esteve reunida na manhã de ontem, discutindo o anteprojeto do relator, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), enquanto aguarda a data oficial para a entrega de emendas, que acontece a partir de hoje. Poucos pontos estão sendo considerados polêmicos, mesmo com a acentuada tendência do relator em defender a estatização dos programas de saúde e previdência.

Nas discussões de ontem um tema que tomou bastante tempo foi a questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais, que o anteprojeto estabelece com a idade de 55 anos. A dúvida entre os membros da subcomissão é se a idade deve ser o fator preponderante, ou se tem de levar em consideração o tempo de serviço.

Deputada propõe direito à moradia

A deputada Lúcia Braga (PFL-PB) apresentou emenda ao anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, considerando dever do estado promover, através de programas específicos, as condições necessárias para assegurar o direito à habitação condigna (assinalado no anteprojeto), especialmente no que diz respeito às populações de baixa renda.

O deputado Jairo Azi (PFL-BA) apresentou emenda suprimindo a pena de morte mesmo em casos de guerra externa, substituindo-a pela prisão perpétua. E os deputados Narciso Mendes (PDS-AC) e Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentaram emenda para a realização de plebiscito, dentro de 180 dias após a promulgação da nova Constituição, sobre a pena de morte.

Responsabilidade pela segurança

O Departamento de Polícia Federal enviou proposta aos constituintes para que fique sob sua competência a segurança "do presidente da República, de chefes de missões diplomáticas estrangeiras no território nacional e, quando necessário, dos demais representantes dos poderes da República".

A proposta que já foi exposta aos membros da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, pelo diretor-geral do DPF, Romeu Tuma, introduz também na competência do órgão, entre outros, apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

Calmon: educação é dever do Estado

O anteprojeto da subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, elaborado pelo senador João Calmon (PMDB-ES), relator, consagra o dever do estado para com a educação pública de todos os brasileiros.

Para este fim, foram alinhados os seguintes procedimentos: garantia de ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito para todos, a partir dos seis anos de idade; oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças de até 6 anos. Atendimento oficializado e gratuito aos portadores de deficiência e aos superdotados, em todos os níveis de ensino e garantia suplementar ao aluno de ensino fundamental.